

Por que quero a comissão

Antonio Carlos Magalhães

A vida do homem público não pode comportar manchas nem se desenvolver na sombra. Ao contrário, tem que se revelar na mais absoluta transparência, sem o que toda ela será sempre acompanhada pelo estigma da suspeição. Existem hoje no Brasil homens públicos exercendo importantes cargos em todos os setores da administração sem que consigam, porém, se livrar do estigma da suspeição, exatamente porque construíram a vida na sombra, na calada da noite, com manchas que os cobrem de vergonha. Expô-las à luz transparente do dia seria incriminá-los.

Acho mesmo que o homem público, ao assumir qualquer cargo, por mais modesto que seja, deveria, por força de dispositivo constitucional que precisamos criar com a máxima urgência, ser obrigado a abrir mão de alguns de seus privilégios, entre os quais eu incluo o sigilo bancário e o sigilo telefônico. O homem público não pode ser contrário a que se investigue sua vida pública, a menos que tema desnudá-la por estar cheia de fatos que a comprometam e o envergonhem. Quem pode, num Brasil mergulhado em tantos escândalos de corrupção, ser contrário à criação de uma comissão parlamentar de inquérito? Somente os desonestos ou os que, inocentemente, mesmo não querendo, se conduzem de maneira a protegê-los. Há os que já assinaram ou vão assinar o requerimento de sua instalação, na expectativa de que a CPI não passe de um gesto de intenções. Mas vou fazer tudo para que isso não aconteça.

Não tenho a intenção nem a pretensão de lhe dar conselhos, mas eu já disse e repito que um homem como o presidente Fernando Henrique Cardoso não precisa deixar-se cercar pelas figuras abomináveis com as quais vem mantendo a base política do governo. Ele, pessoalmente, não tenho a menor dúvida, noutras circunstâncias, não só já teria se manifestado favorável à criação da CPI da Corrupção, como estimularia a que deputados e senadores ampliassem o leque das investigações. Seria a única forma honrada e correta de passar para a história também como um presidente que ajudou o país a crescer moralmente.

Conselhos não lhe faltaram. Escrevi-lhe cartas, conversei com ele pessoalmente, tanto quanto um amigo pode, não menos do que devia como homem público, sempre preocupado em lhe respeitar as opiniões e as convicções, mas alertando-o para o risco sem cálculo que ele corria, ao se deixar envolver, em determinadas ocasiões, principalmente no processo de escolha de meu sucessor na presidência do Senado, por parceiros de conduta moral altamente comprometedora da honorabilidade de seu governo.

Mas embalde. O senhor presidente, ao se colocar contrário a que se apurem os fatos criminosos praticados sem o seu consentimento — embora com o seu conhecimento — por alguns de seus importantes assessores e aliados, põe-se, por incompreensível e inaceitável omissão, numa situação que o coloca mal perante a opinião pública. Ou na parede, para aproveitar uma expressão popular muito adequada à situação.

Eu quero uma CPI ampla, que quebre todos os sigilos, que investigue todos, mas todos mesmo, os escândalos tornados públicos por mim e pelos veículos de comunicação social do país, não importam os arranhões que quem quer que seja venha a sofrer. O que não se pode mais é assistir, em nome de uma falsa convivência política, ao processo de degradação moral que se instaurou na administração pública brasileira, contaminando-a devastadoramente, vergonhosamente.

Alguns de nossos ministérios foram transformados em antros de malfeitores engravatados, com ampla liberdade de ação, quase sempre acobertados por seus superiores. É inacreditável e inaceitável o grau de degradação a que chegaram a Sudam, o DNER, alguns dos mais importantes portos do país, sobretudo o de Santos e o de Salvador. É inaceitável que o Brasil continue a conviver com escândalos como o da privatização das empresas de telecomunicação ou do desvio de recursos do Banco do Pará para contas particulares.

Uma das mais importantes casas legislativas do país está sendo presidida por um cidadão contra o qual existem fortes indícios de enriquecimento ilícito. Não sou eu quem diz, não, mas as autoridades do Banco Central. E fica tudo por isso mesmo. E se joga para debaixo do tapete todo o lixo que os lixeiros fingem não ver. Mas eu vejo e não vou silenciar. Meu trombone vai continuar a fazer barulho, enquanto não constatar que o país está livre dos corruptos que o minam, quando deveriam protegê-lo e enriquecê-lo.

O presidente da República teve tudo para impedir que a sucessão de escândalos desaguasse numa CPI, sem necessidade de recorrer aos atos que hoje o amesquinham. Se tivesse ouvido as denúncias, se as tivesse mandado apurar com rigor, se tivesse se afastado dos corruptos em vez de tentar, pela omissão, abafar-lhes os atos criminosos, não haveria necessidade de uma CPI. Mas o governo fez sua opção. Agora tenta conter num dique sem comportas a enxurrada dos escândalos. Impossível. A CPI vai romper esse dique, não tenho a menor dúvida, pouco importando a quantidade de lama que mais tarde tenhamos que remover com o rodo da decência.

Quero uma CPI ampla, com todos os aditivos que se quiserem juntar ao pedido inicial de sua instalação. Uma CPI que apure, também, as velhas e conhecidas acusações injuriosas, difamantes e caluniosas que se assacaram e se assacam contra mim. Nada tenho a temer. Minhas mãos são limpas, serena e tranqüila está a minha consciência. A CPI me dará inclusive condições de provar que, além de corruptos, os meus delatores de sempre também são desprezíveis seres que não sabem respeitar a dignidade alheia, pois jamais souberam o que é dignidade.

A imagem do Brasil, quer interna, quer externamente, não pode mais continuar a ser comprometida pela avalanche de escândalos que se insiste em conter no dique sem comportas. Urge que se combata e extirpe o vírus da corrupção antes que ele comprometa, sem retorno, a saúde moral do país.

